

**Universidade Federal do Rio de  
Janeiro**

**Centro de Ciências da Saúde**



**Trabalho de Conclusão do Curso  
(Monografia)**

**DANÇA NA ESCOLA: questões de gênero**

BARBARA CRISTINA DE SOUZA NOGUEIRA

Rio de Janeiro, 2021

BARBARA CRISTINA DE SOUZA NOGUEIRA

DANÇA NA ESCOLA: questões de gênero

Trabalho de Conclusão do Curso Apresentado  
como Requisito Parcial à Obtenção do Grau de  
Licenciado em Dança

Escola de Educação Física e Desportos

Centro de Ciências da Saúde

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Orientador: Roberto Eizemberg dos Santos

Rio de Janeiro, 2021

Trabalho de Conclusão de Curso orientado pelo professor Dr Roberto Eizemberg dos Santos,  
Apresentado ao Curso de Licenciatura em Dança do Departamento, de Arte Corporal Escola de Educação  
Física e Dança, Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para obtenção para o grau de  
Licenciatura em Dança.

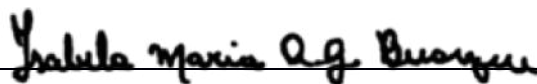
**APROVADA EM: 18/08/2021**

**BANCA EXAMINADORA**



---

**Profº Dr Roberto Eizemberg dos Santos - Orientador – UFRJ**



---

**Profª Drª Isabela Maria Azevedo Gama Buarque - Convidada – UFRJ**

---

## **Dedicatória**

Dedico esse trabalho a meus Pais Ana Nogueira e Wilson Nogueira (Im memória) por toda educação que me deram e por sempre acreditar em minhas potencialidades.

## **Agradecimentos**

Agradeço a Jesus Cristo por tantos milagres em minha vida e concluir a graduação que tanto sonhava é um deles. A Dra Professora Denise Sá pelo exemplo e incentivo ao ingresso ao curso de dança. Ao Dr Professor Roberto por orientar esse trabalho com tamanha generosidade e compreensão. Á Caio Cesar por tamanho amor e companheirismo. Aos meus amigos, mais que irmão, Tiago Alves e Helison Mota por todos os momentos de apoio. Á Maria de Fátima (in memória) por toda ajuda e orgulho que tinha de mim.

Á empresa Net Control Eletrônica, por muitas vezes flexibilizar meu horário para que pudesses concluir o curso. Agradeço a minha amiga e Iyá Lucia ,minha coordenadora no Grupo de Mulheres Yepondá ,por ser referência de mulher ativista e por tantos conselhos .

A escola teria, assim, o papel de não reproduzir, mas de instrumentalizar e de construir conhecimento em/atraves da dança com seus alunos(as), pois ela é forma de conhecimento, elemento essencial para a educação do ser social.

**Isabel Marques**

## RESUMO

Título: DANÇA NA ESCOLA: questões de gênero

Autoria: BARBARA CRISTINA DE SOUZA NOGUEIRA

Orientador: Roberto Eizemberg dos Santos

O presente trabalho de conclusão de curso é resultado de pesquisas bibliográficas e documentais. Abordará questões relacionadas às dificuldades e desafios da dança na escola, como componente curricular obrigatório na educação básica por conta de um sistema de ensino que reforça o machismo e sexismo, dificultando a aceitação da dança, em especial corpos biologicamente masculinos.

O tema é relevante, pois ainda que pesquisas, sobre dança educação tenham avançado, o debate sobre as relações de gênero na comunidade escolar ainda é um tabu na sociedade.

Palavras-chave:

<i>Dança</i>	<i>educação</i>	<i>sexismo</i>
<i>machismo</i>	<i>gênero</i>	

## Resumen

Título: DANZA EM LA ESCOLA: cuestiones de género

Autoría: BARBARA CRISTINA DE SOUZA NOGUEIRA

Asesor: Roberto Eizemberg dos Santos

Este trabajo de finalización del curso es el resultado de una investigación bibliográfica y documental. Se abordarán temas relacionados con las dificultades y desafíos de la danza en la escuela, como componente curricular obligatorio en la educación básica debido a un sistema educativo que refuerza el machismo y el sexismo, dificultando la aceptación de la danza, especialmente los cuerpos biológicamente masculinos.

El tema es relevante, porque a pesar de que la investigación sobre la educación en danza ha avanzado, el debate sobre las relaciones de género en la comunidad escolar sigue siendo un tabú en la sociedad.

Palabras clave:

<i>Danza</i>	<i>educación</i>	<i>Sexismo</i>
<i>machismo</i>	<i>género</i>	



## **Sumário**

Introdução	09
O que é gênero	11
Dança, gênero e educação sexual	13
Escola e dança; um ambiente excludente	16
Dança é somente para menina?	21
Demandas educacionais e escola sem partido	23
Importância da formação docente para uma a promoção de igualdade: Breve relato de minha vivência como licencianda em dança da UFRJ	28
Conclusão	32
Referências	34

## Introdução

O presente trabalho tem como título “DANÇA NA ESCOLA: questões de gênero”.

O tema surge após presenciar inúmeras situações as quais fizeram refletir o porquê há tanta resistência nos corpos em relação à dança, sobretudo no contexto escolar e como até mesmo na escola, há tanta desigualdade de gênero e preconceito e como esses fatores de maneira geral, dificultam a ministração da dança e de fato como serão os impactos da dança quando a mesma for de fato, obrigatória em todo território nacional.

Em 1997 é publicada nos Parâmetros curriculares Nacionais (PCNS) a concepção da dança como quarto eixo da disciplina de Artes, passando ser compreendida como linguagem abrindo discussões referentes ao corpo na escola, porém somente em 2015 com a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – 9.394/96) a Dança é estabelecida como disciplina obrigatória na educação básica.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a Dança se constitui como prática artística pelo pensamento e sentimento do corpo, mediante a articulação dos processos cognitivos e das experiências sensíveis implicados no movimento dançado. Os processos de investigação e produção artística da dança centram-se naquilo que ocorre no e pelo corpo, discutindo e significando relações entre corporeidade e produção estética.

Vivemos infelizmente em uma sociedade que, desde a infância, divide certos comportamentos indicando como feminino e masculino. Sendo assim, as palavras homem e mulher, ganham carga para assumirem determinadas funções sociais de acordo com o sexo biológico.

Para Cravo (2006) o modelo de educação presente em nossa sociedade estabelece padrões diferentes para educação de meninos e meninas, usando todos os tipos de instrumentos para enquadrá-los nas normas estabelecidas pelo seu sexo biológico, enquanto brincar de boneca e “comidinha” são

brincadeiras femininas, reproduzindo que atividades domésticas são exclusivamente femininas, os meninos brincam nas ruas, soltam pipa, lutam e jogam bola. Simbolizando os papéis hierárquicos entre o masculino e o feminino, no qual homem é um ser forte, aventureiro, demonstrando superioridade da mulher.

Infelizmente o enraizar estrutural do machismo e sexismo, a dança sofre grande influência desse modelo comportamental. Muitos estudantes recusam-se a participar de atividades corporais na maioria das vezes por associar a dança como prática exclusivamente feminina ou o homem que a faz, tem sua sexualidade duvidada.

É bastante comum vermos a presença de conflitos entre meninos e meninas difíceis de se relacionarem, a uma certa resistência e exclusão entre eles mesmo. Para isto, um dos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais de ensino é levar os alunos a serem capazes de: “participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais” (BRASIL, 1997).

Infelizmente as instituições de ensino são o reflexo da sociedade, sendo assim, um ambiente fortemente excludente em vez de promoverem a igualdade de gênero.

A escola deveria ser um local ideal para desconstruir preconceitos julgamentos sobre gênero, porém ainda lida essa questão como tabu. É necessário que toda a comunidade escolar, conheça a origem e as causas sociais, em especial os educadores (as) dispam-se de preconceitos e repensem suas práticas pedagógicas para romper com as práticas machistas.

## O que é gênero?

Grandes expectativas são projetadas desde o útero. Saber se é menino ou menina ditará uma série de planejamentos desde as cores específicas das roupas até cogitar profissões tanto que atualmente, muitas pessoas fazem chá de revelação para tornar-se público o gênero da criança que está por vir.

O termo gênero é bastante complexo, o que permite que seja definido e refletido. Para Carvalho (2000) o conceito de gênero refere-se às indicações de masculino e feminino, construídas a partir das diferenças biológicas entre os sexos, ao longo da história, nas diversas sociedades e culturas se dá na diferenciação entre masculino e feminino, biologicamente segue-se o mesmo padrão, o gênero é definido pela anatomia com que fomos concebidos. Gênero enquanto questão de identidade trata-se de tudo ao qual o indivíduo sente-se pertencente, com o que mais se identifica e o faz sentir-se bem. Nas diversas culturas há uma distinção de tratamento, orientação, educação e comportamento imposto a meninas e meninos, fazendo, assim, parte natural de seu desenvolvimento. Conforme pensamento de Simone de Beauvoir (1980) “Ninguém nasce mulher: tornou-se mulher” afirma que ninguém nasce menino ou menina culturalmente, tornou-se assim diferenciados pelo que lhe ensinado culturalmente. Gênero é a organização social da diferença sexual. Mas isso não significa que o gênero produza diferenças físicas fixas e naturais entre mulheres e homens; mas propriamente, o gênero é o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais.

Não podemos ver as diferenças sexuais a não ser como uma função de nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro, não pode ser isolado de sua implicação num amplo aspecto de contextos discursivos. (SCOTT, 1988 p. 2)

Segundo Carvalho 2000, “Pode-se constatar facilmente que os comportamentos classificados como masculinos e femininos não são determinados pela natureza, mas mudam no tempo e no espaço”.

Sabemos que somos mulheres que nascemos com cromossomos e anatomia femininas e que, tenhamos ou não sido socializadas para sermos

consideradas “mulheres normais”. O patriarcado nos tratou e nos trata como mulheres. Os transexuais não tiveram a mesma história. Nenhum homem pode ter história de ter nascido e se colocado nessa cultura como mulher. Ele pode ter história de ter desejado ser mulher e de ter agido como mulher, mas essa experiência de gênero é própria a um transexual, não a uma mulher. (RAYMOND,1979, p. 114)

Raymond considera que aquela/es que vivem nas sociedades patriarcais estruturantes, mas optam por ações além da biologia e imposição de gênero, que em seus interiores pulsam ser o que sentem e passam por experiências culturais únicas.

De maneira compulsória a sociedade tenta impor uma série de ações sobre os corpos. O corpo é um conjunto de vivências e recebe uma série de intervenções externas a todo instante. Essas intervenções a princípio são recebidas na família, primeira instituição social que somos inseridas /os que introduz regras comportamentais geralmente baseadas no contexto religioso, e socioeconômico e com o passar do tempo vamos adquirindo convívio com demais grupos como a escola, templos, trabalho, entre tantos outros considerados grupos secundários. Por este modo nesse processo de socialização o corpo perpassa por várias experiências então não dá para pensar em gênero pura e exclusivamente no caráter biológico. É necessário que rompamos com a dicotomia de homem e mulher, pois reforça a desigualdade de gênero enquadrando em uma visão muito limitada.

## **Dança, gênero e educação sexual.**

Em pleno século XXI, a sociedade brasileira continua demonizando a palavra gênero. Se o assunto for mencionado na escola, é motivo de escândalo e grande revolta. Esses pensamentos cada vez mais contribuem para rotulação e hierarquização dos corpos resultando em restrição e desigualdade social conforme pensamento de Judith Butler (1999) sobre as relações de poder entre homens e mulheres e entre homossexualidade e heterossexualidade, e a heteronormatização.

As relações de gênero são marcadas por desigualdades, hierarquias e obediências, sendo relações de poder. Elas possuem uma dinâmica própria, se articulando através de outras formas de dominação e desigualdades sociais, como raça, etnia, classe, etc. Sendo legitimada socialmente, se constitui em construções. Essa perspectiva permite entender as relações sociais entre homens e mulheres, o que pressupõe modificações e conservações, desconstruções e reconstrução de elementos simbólicos, imagens, práticas, comportamentos, normas, valores e representações. O estudo da história social é reforçado pela categoria de gênero, ao mostrar que todo tipo de relação não se constitui em realidades naturais. De acordo com as necessidades concretas que o ser humano necessita, ele elabora combinações e arranjos para a sua vida. Os conflitos, negociações, tensões e alianças, estão presentes seja na luta das mulheres pela ampliação e busca do poder, ou na manutenção dos poderes masculinos. (SCOTT, 1995, p.71)

Mas na realidade o que é gênero? E qual importância do debate no ambiente escolar? Segundo Butler (1999) sexo, corpo e gênero são culturalmente construídos, sendo o gênero uma norma reguladora, um aparato de produção do sexo.

Felix (2015) diz que a associação entre sexo biológico e gênero é tida como natural: uma pessoa seria homem ou mulher, masculino ou feminino desde o nascimento. É exatamente na direção contrária a essa noção que o conceito de gênero opera, indicando que a produção das masculinidades e das feminilidades não está, necessariamente, vinculada ao corpo biológico dos indivíduos, podendo ser pluralizada e diversificada ao longo da vida.

Gênero então corresponde aos processos individuais, sociais, institucionais, nunca finalizados, fixos e lineares, pelos quais os sujeitos vão se constituindo como masculinos e/ou femininos, em meio à cultura e às relações de poder (MEYER, 2003).

A sexualidade está presente na vida humana, contudo, ainda há uma parcela significativa que insiste em reprimi-la. A educação sexual é um processo constante que pode ocorrer intencionalmente ou não. Ela pode ocorrer de forma inadequada, apresentando caráter autoritário, limitado, conservador, repressor, ou de forma adequada proporcionando reflexões, críticas construtivas e caráter emancipatório.

Trabalhar gênero de maneira transversal no currículo é garantir igualdade de oportunidades e aprendizagem e desenvolvimento humano a meninos e meninas e ensinar sobre as relações de gênero em aula é contribuir para o combate à desigualdade e violência não há nada ver com doutrinação ideológica e sim dar acesso à informação e ao conhecimento do corpo, de direitos e deveres.

Recentemente tivemos um avanço nas políticas públicas educacionais. A Lei 14.164/21 alterou o artigo 26 a Lei de Diretrizes e bases da Educação 93/96 LDB o qual trata-se do currículo escolar. De maneira transversal, as/os profissionais da educação deverão trabalhar conteúdo para prevenir violências a crianças, adolescentes e mulheres.

Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino. (Redação dada pela Lei nº 14.164 de 2021)

Fica instituída a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica, com os seguintes objetivos:

I – contribuir para o conhecimento das disposições da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

II – impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher;

III - integrar a comunidade escolar no desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das diversas formas de violência, notadamente contra a mulher;

IV – abordar os mecanismos de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, seus instrumentos protetivos e os meios para o registro de denúncias;

V – capacitar educadores e conscientizar a comunidade sobre violência nas relações afetivas;

VI - promover a igualdade entre homens e mulheres, de modo a prevenir e a coibir a violência contra a mulher; e

VII - promover a produção e a distribuição de materiais educativos relativos ao combate da violência contra a mulher nas instituições de ensino.

Grande é a importância das instituições de ensino em especial profissionais licenciados em dança capacitados para exercer a função de suporte pedagógico para o enfrentamento dos problemas que surgiram no cotidiano escolar. É importante porque surge da dificuldade apresentada ao trabalhar com temas sobre educação sexual e gênero, que por falta de aprofundamento teórico, acaba utilizando conceitos de senso comum e vivências, demonstrando uma concepção de falha no ensino. Faz-se necessário que instituições de ensino públicas e privadas, e a própria população se conscientizem da importância da incorporação da educação sexual e do debate das questões de gênero que sejam temáticas fundamentais a serem trabalhadas de maneira natural e com muita responsabilidade. Para aplicações práticas tanto a vida escolar quanto nas outras esferas sociais, sendo contribuindo para desenvolvimento da população a educação ou emancipando e esclarece, conforme pensamento de Paulo Freire.

A educação sexual é um processo constante que pode ocorrer intencionalmente ou não. Ela pode ocorrer de forma inadequada, apresentando caráter autoritário, limitado, conservador, repressor, ou de forma adequada proporcionando reflexões, críticas construtivas e caráter emancipatório. Educadores e educadoras a cada dia precisam suporte das unidades e buscar reciclagem profissional, ou seja, formação continuada para abordar com propriedade esse tema. Na maioria dos cursos de graduações não ensinam ou simplesmente de maneira superficial e com o passar dos tempos, alunos e alunas expressam suas sexualidades em sala de aula e como solucionar conflitos com sabedoria, propriedade e linguagem acessível para seu público-alvo?



### **Escola e dança; um ambiente excludente.**

A escola sendo um lugar de trocas de saberes deveria promover a igualdade entre os gêneros em vez de ditar comportamentos. Na escola, os papéis entre mulheres e homens têm sido reforçados nas diversas disciplinas curriculares de maneira a ressaltar os papéis muito bem definidos. Infelizmente ela reforça práticas sexistas, ditando comportamentos segundo ao gênero como, por exemplo: meninas usam rosa, meninos azuis, meninos futebol meninas bonecas, entre outras práticas. É muito comum, em festividades juninas, professoras (es) formarem casais para apresentação da quadrilha e quase sempre, falta o “homem” da dupla e algumas meninas têm que assumir o papel masculino. Por que dois corpos não podem executar os passos livremente independentes do sexo biológico? Por que o papel do homem é sempre evidenciado?

A escola é uma das esferas sociais por onde transitam conceitos, valores, crenças, relações, etc. Desde tenra idade os indivíduos estabelecem relações sociais entre seus pares. Sarmiento (2004) diz que:

[...] as interações sociais são processos de relação, comunicação e identificação que não só permitem a negociação das definições da realidade de cada indivíduo como facilitam a criação de entendimentos comuns acerca do significado e sentido de símbolos e ações e a sua aceitação mútua por forma a tornar bem sucedida a ação cooperativa (SARMENTO, 2004, p.60).

Se as instituições de ensino formal permanecerem reforçando práticas excludentes e segregacionistas, reforçando privilégios, o sexismo sempre estará latente. Mas o que então é necessário para sanar as desigualdades entre mulheres e homens? Por que ainda é tão difícil romper essa barreira até mesmo na escola?

Em nossa sociedade, podemos observar que a educação das pessoas está relacionada pelo gênero biológico, deste modo, meninas e meninos são educados de acordo com padrões pré-determinados para cada gênero.

O modelo binário existe e vem sendo perpetuado por gerações representando poder e autoridade. É bastante comum nos depararmos com propostas pedagógicas citando o combate a preconceitos e garantia da

isonomia, porém na prática, as/os profissionais não fazem valer a neutralidade de gênero enquadrando em determinadas ações, como por exemplo, em festinhas geralmente é pedido aos meninos trazerem a bebida e as meninas a comida. Acaso culinária e uma atividade exclusiva feminina? A vida do homem é sempre facilitada.

A escola não só recria em seu interior preconceitos de gênero como também prepara as garotas/ mulheres para posições mais competitivas no mercado de trabalho, bem como estimula garotos/ homens para assumirem funções de provedores de cuidado (ROSEMBERG, 1997 apud AQUINO, 1998, p. 103).

A desigualdade de gênero na sala de aula é tão evidente que na maioria das vezes não é enxergada de tão naturalizada que é. Desde a educação infantil, meninas são direcionadas a atividades que reforçam a antiga ideia da maternidade, cuidadora com o lar, família etc. Os meninos continuam representando o poder, liderança e Inteligência.

O ambiente escolar pode reproduzir imagens negativas e preconceituosas, por exemplo, quando professores relacionam o rendimento de suas alunas ao esforço e ao bom comportamento, ou quando as tratam apenas como esforçadas e quase nunca como potencialmente brilhantes, capazes de ousadia e lideranças (AQUINO, 1998, p. 102-103).

O que seria coisa de menino e menina? O movimento dos meninos tem que ser sempre forte e pesado? As meninas sempre recatadas e delicadas? Infelizmente a escola é uma instituição patriarcal que reforça práticas machistas e que todo menino que tenha vontade de se expressar de maneira espontânea quer seja na dança ou demais manifestações têm a sua sexualidade duvidada.

O mesmo ocorre com os alunos quando estes não correspondem a um modelo masculino predeterminado. Essa situação pode ser ampliada para professores e professoras. Daqueles se espera um comportamento mais energético, fruto da qualificação positiva atribuída à relação entre masculinidade/agressividade; já as professoras são tidas como afetivas e

ternas, e quando expressam agressividade são tachadas de pouco femininas ou com problemas hormonais. (AQUINO, 1998, p. 103).

É bastante comum vermos a presença de conflitos entre meninos e meninas difíceis de relacionarem, a certa resistência e exclusão entre eles mesmos. Para isto, um dos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais de ensino é levar os alunos a serem capazes de: “participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais” (BRASIL, 1997).

Podemos observar que para uma educação não sexista, ainda temos um longo caminho a ser trilhado, pois o sexismo é estrutural sendo manifesto nas pessoas e nos espaços de educação sendo reforçado, através de matérias didáticas, rotulando brinquedos e ações corporais.

Segundo Moreno (1999) as escolas deveriam apresentar variedades de esquemas comportamentais para que as crianças pudessem adequar-se a partir de sua personalidade sem preocupação com preconceitos que acabam limitando a ambos os sexos. Na escola, os papéis entre mulheres e homens têm sido reforçados nas diversas disciplinas curriculares de maneira a ressaltar os papéis muito bem definidos.

Um dos preconceitos mais fortes em relação à dança na sociedade brasileira ainda diz respeito ao gênero Dançar em uma sociedade machista como a nossa ainda é sinônimo de “coisa de mulher”, “afeminação”, “homossexualismo”. [...] este preconceito se dá em vários níveis, mas está, geralmente, associado ao conceito de dança contido no imaginário social do mundo ocidental. Ou seja, mesmo nunca tendo assistido a um espetáculo de balé de clássico, muitas vezes a dança é diretamente associada a ele, e, conseqüentemente, à “graça, delicadeza, leveza, meiguice” que, no Brasil, são muitas vezes tidas como características absolutamente avessas à virilidade. (MARQUES, 2005, p. 39).

Louro (1992) afirma que todo movimento corporal é distinto para os dois sexos, e muitos movimentos e posturas são socialmente impostos para um e para o outro sexo, as noções de feminilidade e masculinidade são construções sociais desde o nascimento da criança.

A cultura da escola faz com que respostas estáveis sejam esperadas e que o ensino de fatos seja mais importante do que a compreensão de questões íntimas. Além disso, nessa cultura, modos autoritários de interação social impedem a possibilidade de novas questões e não estimulam o desenvolvimento de uma curiosidade que possa levar professores e estudantes a direções que poderiam se mostrar surpreendentes. Tudo isso faz com que as questões de sexualidade sejam relegadas ao espaço das respostas certas e erradas (BRITZMAN, 2003, p.85-86)

Segundo Moreno (1999), as escolas deveriam apresentar uma variedade de submodelos ou esquemas comportamentais para que cada estudante pudesse se adequar a partir da sua personalidade, sem precisar se preocupar com os preconceitos sexistas, que estão tão limitados para ambos os sexos. Na escola, os papéis sociais de mulheres e homens têm sido reforçados nas diferentes disciplinas curriculares de maneira em que os papéis são claramente definidos.

A partir disso, a dança parece ter se transformada em uma prática corporal sexista, pois acabou por se transformar em uma prática quase exclusiva a mulheres e não para homens. A dança, sob essa perspectiva, desloca o papel social dos homens insensíveis, racionais e viris, pois com a dança estes passam a deslocar a força para centralizar na flexibilidade, desestimula o gesto forte e rígido para incluir o suave, altera os movimentos brutos e retos para os harmoniosos e de contato sensual. Portanto, a prática da dança passa a deslocar o papel típico da masculinidade para expor a sua feminilidade.

Mas qual seria o papel das/dos profissionais da educação, em especial os de dança mediante esse cenário? Será que em nossas aulas estamos reproduzindo falas e ações preconceituosas? Enquanto educador da educação

básica é necessário que tragamos à discussão e reflexão sobre a igualdade de gênero na sala de aula a fim de contribuir para desconstrução de práticas machistas e sexistas. Pensar e refletir nossas práticas pedagógicas a fim de promover a igualdade de oportunidades entre os gêneros.

Souza e Carvalho (2003) dizem que a/o professor(a) deve abandonar suas atitudes sexistas que muita das vezes podem ser falas de favorecimento de um gênero.

O / a educadora, deve despir-se de preconceitos e promover em sua aulas, ambiente respeitoso e acolhedor tratando com muita responsabilidade temas como gênero e sexualidade em vez de tratar como tabu, pois somente assim contribuirá para uma educação livre de preconceitos e traumas psicológicos para crianças e adolescentes.

É imprescindível Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagens, materiais didáticos, processos de avaliação, que são, seguramente, loci das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe - são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores (LOURO, 2003, p. 64).

Faz-se necessário a reflexão das práticas pedagógicas para garantir que o preconceito de gênero não seja reforçado durante as aulas. Até quando escolheremos brinquedos de acordo com o sexo biológico da criança? Por que meninas e meninos não podem brincar juntos? É regra meninos serem agitados? Por que é preocupantes meninas jogarem futebol? Classificamos aptidões pelo gênero.

## Dança é somente para meninas?

Há grande resistência da aceitação da dança no âmbito escolar. Uma tarefa bastante difícil para os licenciados em dança. Rejeição em virtude a diversos fatores, sobretudo, destaca-se o fator gênero.

Gênero é entendido como a construção social que uma dada cultura estabelece ou elege em relação a homens e mulheres (SOUSA; ALTMANN, 1999). Tudo se deve ao machismo perpetuado por uma sociedade patriarcal que dita padrões comportamentais de homens e mulheres.

Nessa cultura, modos autoritários de interação social impedem a possibilidade de novas questões e não estimulam o desenvolvimento de uma curiosidade que possa levar professores e estudantes a direções que poderiam se mostrar surpreendentes. Tudo isso faz com que as questões de sexualidade sejam relegadas ao espaço das respostas certas e erradas (BRITZMAN, 2003, p.85-86)

Louro (1992) afirma que todo movimento corporal é distinto para os dois sexos, e muitos movimentos e posturas são socialmente impostos para um e para o outro sexo, as noções de feminilidade e masculinidade são construções sociais desde o nascimento da criança.

A escola sendo uma instituição de ensino deveria promover igualdade entre os gêneros, porém ela fortemente reforça o machismo ditando padrões comportamentais.

Observa-se muito, em especial em escolas privadas meninas serem convidadas a participar das aulas de *ballet* e meninos às lutas. Caso haja um interesse contrário, são persuadidos a fazerem as atividades moldadas socialmente pelo sexo biológico.

O que seria coisa de menino e menina? Meninos sempre devem ser fortes e proativos?

As meninas sempre frágeis e contidas? Infelizmente a escola é uma instituição patriarcal que reforça práticas machistas e se algum menino tiver vontade de se expressar-se através da dança tem sua sexualidade duvidada.

É bastante comum vermos a presença de conflitos entre meninos e meninas difíceis de relacionarem, a uma certa resistência e exclusão entre eles mesmo. Para isto, um dos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais de ensino é levar os alunos a serem capazes de: “participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais” (BRASIL, 1997).

Meninas e meninos ao iniciarem sua entrada à escola trazem o reflexo de seus cotidianos, influenciados pelo machismo. Moreno (1999) nos leva a refletir sobre os conteúdos dos livros didáticos os quais sempre enfatizam a figura masculina como superior, guerreiro e com uma série de comportamentos do que é ser homem.

Assim, a escola se constrói sexista e discriminatória com métodos que refletem esta maneira de pensar. Nos livros didáticos, por exemplo, as mulheres aparecem no espaço doméstico, a negra e/ou o negro como, empregadas(os) e/ou escravas(os); a família, sempre do mesmo tipo, com pai, mãe e filha/o; não considera gênero no plural e ainda legítima uma língua portuguesa que utiliza o masculino – OS – para se referir a mulheres e homens, mesmo que os homens sejam/estejam em minoria (SILVA, DA SILVA, DOS SANTOS, 2009 p 4)

## **Demandas educacionais e escola sem partido**

A escola precisa ser um lugar para a desconstrução de preconceitos e estereótipos. Garantindo uma socialização segura e respeitosa, trabalhando diversos temas do cotidiano e gênero é um deles. Uma educação não sexista é garantir respeito e igualdade. Contudo, há grupos de conservadores equivocados que tentam abolir a palavra gênero no contexto escolar, pois acreditam ser uma tentativa de destruição familiar na qual ensina práticas sexuais e a tornarem as crianças gays ou lésbicas. Nada mais é do que manipulação político-partidária querendo inflamar a população para a exclusão das discussões de gênero no contexto escolar. Esse pensamento é totalmente antagônico a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96), tais como liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância.

Estes movimentos afirmam que a “ideologia de gênero” teria como meta incentivar os alunos a abandonar a religião e incentivá-los a fazer sexo. Discutir gênero em sala de aula não é isso. É problematizar a violência doméstica. É trazer para a sala de aula a representação de famílias de diferentes configurações. É permitir que as pessoas de diferentes orientações sexuais se percebam representadas, e não silenciadas, no conhecimento produzido nas escolas. (PENNA, 2015, s.p.)

O Projeto de Lei 7180/2014 mais conhecido como Escola sem partido, aponta uma série de deveres que os professores devem

I - O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para nenhuma corrente política, ideológica ou partidária;

II - O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas;

III - O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;

IV - Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade – as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;



V - O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções;

VI - O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2014)

A escola é um local diverso repleto de marcadores sociais que acabam promovendo o preconceito e discriminação. Cabe o/a professor/a intervir a fim de promover a equidade, princípio implícito do CF, porém são rotulados como Doutrinadores Comunistas. Gênero e sexualidade estão presentes na vida humana, como não estaria na sala de aula? Por este modo,

Correa reforça sobre a importância da formação política pedagógica do profissional da educação para atender as necessidades diárias dos educandos.

O sucesso ou o fracasso de uma proposta educacional se relacionam com forças que fogem a seu alcance. No entanto, essas mesmas forças tecem o tipo de sociedade que temos e dentro dela o tipo de escola, o que torna essa questão de grande relevância. Os problemas educacionais não podem ser discutidos buscando-se as Relações de gênero e educação: crítica aos projetos de lei “Escola Sem Partido” Junho de 2018 221 suas raízes apenas no campo pedagógico, mas na teia de relações que se estabelecem no campo social mais amplo do contexto histórico-social onde a escola está inserida. (CORRÊA, 1995, p.48-49)

Na versão anterior gênero fazia parte dos “Direitos de aprendizagem e desenvolvimento: políticos”, já na versão final ele passa a fazer parte das chamadas “competências gerais da Base Nacional Comum Curricular”, e embora em ambas as versões coloquem como objetivo promover o respeito e valorizar as diferenças, percebe-se que a discussão fica pulverizada e não se garante o aprofundamento necessário. (MARQUES, op. cit., p. 28)

A escola passa ser um lugar censurado, no qual o que importa é a “moral” imposta por grupos de fundamentalistas religiosos os quais tentam restringir os profissionais da educação em sala de aula. O projeto propõe mudanças ao artigo 5º da LDB trazendo um acréscimo no art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual passaria a vigorar com o inciso, a seguir: XIV - respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. Parágrafo único: A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar,

disciplinas obrigatórias, nem mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo 'gênero' ou 'orientação sexual'. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2014)



Figura 1 - Não à Lei da Mordça: votação será nesta quarta (31) na Câmara dos Deputados – Central Única dos Trabalhadores - CUT<sup>1</sup>

Propõem também restrições às políticas educacionais e às propostas curriculares através das mudanças na LDB, referente às discussões de gênero, impondo valores religiosos e conservadores, pois a ausência de tais discussões inviabilizarão as lutas contra as violências e demais abusos às pessoas que não seguem os padrões heteronormativos. Conforme Caluête (2018, p. 30): Na prática, o projeto pretende criminalizar todos os projetos educativos propostos por professoras e professores que abordavam temas como desigualdade de gênero, diversidade sexual, e traziam o combate ao preconceito, ao sexismo. Os /as profissionais que trabalham as diversas discussões cotidianas, como gênero e sexualidade são rotuladas/os de Marxistas simplesmente por garantirem o acesso à informação.

A chave para compreendermos a acusação de “doutrinador marxista” contra Paulo Freire não está em sua obra. Encontra-se na mentalidade daqueles que produziram a mensagem, em sua compreensão estreita do que é educação e do que é ensinar. Essas

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/nao-a-lei-da-mordaca-votacao-sera-nesta-quarta-31-na-camara-dos-deputados-f6cf> Acesso em: 29 maio. 2021.

pessoas acreditam piamente no mito da neutralidade da ação docente, segundo o qual o professor não tem cara, não tem lado, não toma partido, não pensa nem intervém de modo transformador na realidade social. Para elas, o professor deve estar unicamente comprometido com a sagrada missão de transmitir conteúdos anonimamente escolhidos, aparentemente desinteressados e oficialmente listados. Conteúdos supostamente eficazes, pragmáticos e destinados a aplacar a sanha competitiva por boas posições escolares e universitárias que tenham o condão de assegurar condições ideais de disputa nas escassas oportunidades de uma sociedade excludente. Na verdade, o acusador grita contra o espelho. É ele, e não Paulo Freire, quem prega a doutrinação. Qual? Diríamos, sem medo de errar: a “doutrinação bancária”, aquela que transfere “ao outro, tomado como paciente de seu pensar, a inteligibilidade das coisas, dos fatos, dos conceitos”. (CAVALCANTE; MATTOS, 2016)

É de suma importância e direito dos/as estudantes o ensino e reflexão sobre gênero e sexualidade. Através das aulas de dança percebendo e estudando o corpo e os espaços que ele ocupa, contribuímos para a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência e até mesmo violências sexuais. Grande é a importância do papel do/a profissional de dança educação de construir estratégias pedagógicas não engessadas e despir-se muita das vezes de suas verdades para a promoção de uma educação laica, global, acolhedora e funcional à seus/suas alunos/as. “uma educação voltada à cidadania global, plena, livre de preconceitos e disposta a reconhecer as diferenças entre as pessoas e a emancipação intelectual.” (MANTOAN, 2004, p.43)

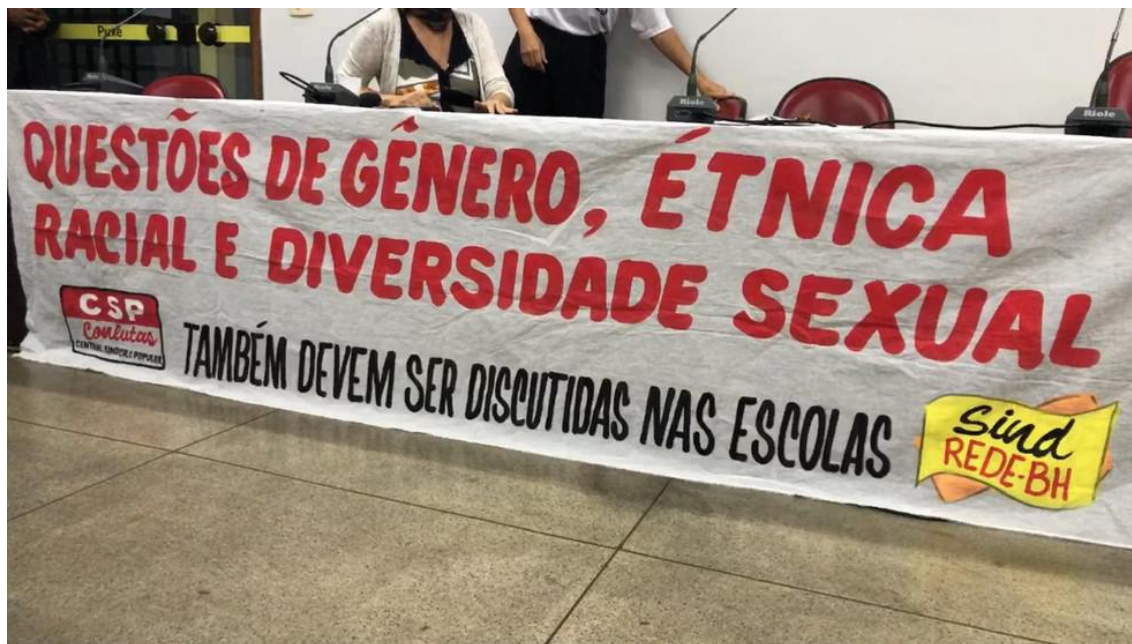


Figura 2 - Projeto de lei sobre Escola sem Partido gera polêmica na Câmara de Belo Horizonte – Minas Gerais – G1<sup>2</sup>:

2 Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/10/01/projeto-de-lei-sobre-escola-sem-partido-gera-polemica-na-camara-de-belo-horizonte.ghtml?hcb=1> Acesso em: 29 maio. 2021.

## **Importância da formação docente para uma a promoção de igualdade: Breve relato de minha vivência como licencianda em dança da UFRJ**

A formação exigida para o profissional de dança atuar na educação básica é o Curso de Licenciatura em Dança. O Departamento de Arte Corporal da Escola de Educação Física e Desportos, do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ, oferece o Curso de Licenciatura em Dança no período noturno com duração mínima de quatro anos. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Dança diz que a graduação:

Tem por princípio que a dança é uma área de saber geradora da produção de conhecimento e que urge se desenvolver e se estruturar pela necessidade de atuação no campo educativo e de valorização de patrimônio imaterial no cenário nacional. (UFRJ página 7)

Ressalto que o corpo discente do curso, possui um número expressivo de corpos biologicamente femininos embora, a cada semestre o número de corpos masculinos vem gradativamente aumentando. Infelizmente vivemos em uma estrutura machista que culturalmente diz que os cursos de licenciaturas sobre tudo os de dança são para mulheres e /ou homossexuais sendo assim de grande importância do debate de gênero durante o curso, visto que é latente e intensa tamanha diversidade em nosso curso.

A formação inicial em dança faz-se necessária que durante todo o curso, possamos ter um currículo com abordagens, debate e informação de alguns assuntos como questões de gênero, sexualidade e diversidade. Questões essas que serão demandas educacionais no contexto escolar. Como trabalhar dança, a arte do corpo no corpo, sem trabalhar de maneira objetiva esses recortes sociais? Segundo o projeto pedagógico do curso de licenciatura em dança o objetivo do curso é:

O curso de graduação em Licenciatura em Dança tem por objetivo formar Licenciados em Dança voltados para área do ensino fundamental, ensino médio, ensino e dança para necessidades especiais, dança em inclusão social e outras áreas de relevância social, além ser capaz de atuar na área de pesquisa em artes corporais e dança-educação, orientados pelas competências gerais e específicas estabelecidas nas DCN. O curso oportuniza também a formação generalista, tornando o egresso apto a interagir em corpos

docentes diversos e equipes multiprofissionais, em ações intersetoriais, exercendo as competências necessárias ao campo das práticas e das políticas da educação, da arte, da cultura e pesquisa de forma resolutiva. (UFRJ página 19)

Analisando o documento e fazendo um paralelo com minha experiência como aluna no curso de licenciatura em dança na UFRJ, o curso apresenta algumas lacunas em relação a assuntos relacionados a políticas de igualdade de gênero, sexualidade e diversidade. Quais consequências dessas ausências em nossa formação? De que maneira as /os licenciandos em dança irão lidar com as questões de gênero na escola. As palavras educação sexual e diversidade, não aparecem de forma explícita no texto e a palavra gênero apenas como significado de tipos de dança. Conforme descrição da disciplina Introd. aos Fund. da Coreog para Prát Dança-Ed:

Investigação composicional baseada no diálogo da dança com as artes plásticas, tomando aspectos dos elementos básicos visuais, a forma e gêneros musicais em seus potenciais de desdobramento para a criação coreográfica em grupo, duos e solos. Estruturação de diferentes tipos de pequenos e grandes roteiros coreográficos; relacionados com as noções de nivelamento, aguçamento, constante, repetição, cor, luz, forma musical A/B, Forma A/B/A, Suíte e Sonata; aplicados na análise das relações, tensões e disposições, textuais dos jogos no espaço cênico coreográfico. (Idem página 61)

A escola é um espaço de troca de aprendizado e troca de saberes o qual inúmeras culturas cruzam-se no ambiente escolar a/o profissional precisa estar preparada/o e disposta/o a atender as demandas discentes. Por este modo é na formação inicial, nesse caso a graduação, precisa que as disciplinas de maneira transversal possam fortalecer nossa formação para o trabalho. Silva e Silva 2009 dizem:

Todo processo formativo, principalmente o que visa problematizar a diversidade, deve considerar de modo significativo outros saberes, para além dos normativos que compõem a base disciplinar de conhecimentos que validam um currículo. As questões relacionadas a orientação sexual, desigualdades de gênero, étnicas, geracionais, de classe etc., não pertencem a uma área de saber específico; são epistemologias recentes produzidas a partir de referenciais absolutamente interdisciplinares.

A/O docente, enquanto mediador do processo de ensino aprendizagem, precisa estar preparada/o para as demandas econômicas, religiosas questões de gênero, trazidas pelas /os educandos.

Entende-se que no currículo de graduação em Licenciatura em Dança não pretende estar balizado em um único modelo conceitual sobre a dança ou voltado apenas para a prática da dança teatral erudita, mas considera a complexidade e a diversidade cultural da dança e ao mesmo tempo entende que há uma especificidade no saber do licenciado em dança. Assim, uma visão crítica do panorama da dança em seus universos plurais pretende produzir uma análise dos contextos socioeconômicos, estéticos e culturais. (UFRJ página 18)

O documento cita que os profissionais licenciados em dança, precisam desenvolver potencialidades de acordo com as demandas da sociedade. Por este modo as disciplinas como: Prática de Dança-Educação A (metodologias para educação infantil), Prática de Dança-Educação B (metodologia para ensino fundamental 1), Prática de Dança-Educação C (metodologia para ensino Fundamental 2) e Prática de Dança-Educação D (metodologia para Ensino Médio).

Nas disciplinas citadas, aprendi a compreender mais cada característica de cada etapa da educação básica e estratégias do ensino da técnica da dança, porém temas transversais não foram trabalhados, por exemplo: gênero, diversidade e educação sexual. Como ensinar dança em cada etapa sem uma preparação mais pontual para defender a importância da dança na escola para os corpos independentes do sexo biológico?

A formação docente precisa estar conectada com o mundo social, atenta às demandas que chegam à escola com o objetivo de esclarecer, informar, dialogar e até mesmo encaminhar às instâncias apropriadas, quando assim for necessário, as questões que venham a surgir. As relações de gênero, já discutidas, representam uma destas demandas e precisam ser contempladas nas discussões que são levadas aos(as) estudantes, oferecendo-lhes arcabouço teórico e possibilidades de intervenção pedagógica diante do assunto.

É de suma importância que o currículo do curso de licenciatura em dança da UFRJ seja refletido e reformulado, pois as/os docentes necessita de informação para uma formação com subsídios reflexivos e críticos para saberem abordar temáticas de gênero, sexualidade e diversidade para construção de espaços de acolhedores de debate para o combate as

discriminações e preconceitos sem reprodução de estereótipos para um ensino efetivo e eficaz da dança educação.



## Conclusão

Diante do exposto concluímos que ,quando de fato a dança for disciplina obrigatória no currículo escolar em todo território nacional, precisamos estar cientes e preparadas/os de todos os desafios.Podemos observar que infelizmente até os dias atuais, a desigualdade e o preconceito são notórios. Ainda há reprodução de papéis por mulheres e homens e que até no âmbito escolar esse pensamento é perpetuado. Mulheres ainda são vítimas de violências, homens continuam com salários mais altos e com expressiva representatividade nos mais diversos espaços sociais Uma parcela da sociedade fundamentalista insiste em ter o significado das palavras gênero e sexualidade, como algo imoral ditando modelos comportamentais pelos sexos biológicos. Trabalhar dança sem falar em gênero é constatar que não se está trabalhando de maneira abrangente na escola e o tema gênero e sexualidade ainda e pouco desenvolvido nas aulas. Nosso país ainda tem um enorme preconceito com a dança e acima de tudo com corpos biologicamente masculinos dançando.

É preciso fortalecer o processo formativo dos cursos de licenciatura em dança, em especial o oferecido pelo UFRJ para que futuras e futuros professores e professoras de dança, possuam uma formação mais completa para cumprirem seus legados.

Faz-se necessário que a(o) licenciada(o) em dança esteja disposta(o) a trabalhar as questões de gênero em suas práticas para toda a comunidade escolar que leciona. Propondo reflexão, questionamentos e ações a fim de contribuir para a igualdade de gênero e combate ao preconceito. Tendo a preocupação com a investigação do movimento, da estética e difusão da dança, porém atentar-se e preocupar-se com a forma de tratamento, da postura para com os corpos das(os) alunas(os) e com suas metodologias pedagógicas. Espero que essa pesquisa contribua para o engajamento das /os profissionais para cada vez mais avançarmos a nível da legislação e efetivação

das ações. Que nenhum corpo seja reprimido ou deixe de ter acesso aos benefícios da dança por estereótipos sociais.

## Referências

AQUINO, J. C. **Diferenças e preconceitos na escola**. Alternativas teóricas e práticas. 4ªed. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

BEAVOIR, Simone. **O segundo sexo**: A experiência vivida . Rio de Janeiro. Editora Nova. 1980.

BRASIL. Presidência da República. Lei 9.394/1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. (LDB). 20 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm); acesso em: 10 jul. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, v.10, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>; acesso em: 13 jul. 2017.

BRIZTMAN, Débora. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CALUÊTE, P. N. B. **Da sociedade ao espaço escolar**: discutindo a exclusão das mulheres lésbicas. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei 867/2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “**Programa Escola sem Partido**” – Apensado ao PL 7180/2014. Brasília: 23 mar. 2015. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1230836&filename=PL+7180/2014](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1230836&filename=PL+7180/2014); acesso em: 13 jul. 2017.

CARVALHO, Maria E. P. **Consciência de gênero na escola**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000.

CORRÊA, Vera. A formação político-pedagógica do professor: desafios da escola básica. **Revista ADVIR**, Rio de Janeiro: Associação de Docentes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n.5, p.46-50, abr. 1995.

CRAVO, Aléssia Costa de Araújo. **Brincadeiras infantis e construção das identidades de gênero**. 2006. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2006. Disponível em: [www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/.../1/Dissertação%20Alessia%20Cravo.pdf](http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/.../1/Dissertação%20Alessia%20Cravo.pdf) . Acesso em: 28 maio. 2021.

FÉLIX, Jeane. Gênero e formação docente: reflexões de uma professora. **Revista Espaço do Currículo** v. 8, p. 223-231, 2015.

HEBERLE, Viviane Maria; Ostermann, Ana Cristina; FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. **Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, M. J; CERISARA, A. B. (Orgs.). **Crianças e miúdos**: Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Portugal: Edições Asa, 2004, Cap. 1, p. 9-30.

LOURO, G. L. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero. **Teoria e educação**, número 6. Porto Alegre, 1992, p. 53-67.

MARQUES, Isabel. **Dançando na escola**. 2a.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MATTOS, Y.; CAVALCANTE, P. **Quem é o doutrinador?** Revista de História.com.br, 1 set. 2015. Disponível em: . Acesso em: 10 jan. 2016.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina**: o sexismo na escola. São Paulo: Moderna, 1999.

NASCIMENTO, Antônia Camila de Oliveira. Divisão sexual dos brinquedos infantis: uma reprodução da ideologia patriarcal. **Rev. O Social em questão**, ano XVII, n. 32, p. 257-276, 2014. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.pucrio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=279&sid=34> . Acesso em: 29 maio. 2021.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, M. J; CERISARA, A. B. (Orgs.). **Crianças e miúdos**: Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Portugal: Edições Asa, 2004, Cap. 1, p. 9-30.

SCOTT, P.; LEWIS, L; QUADROS, M. T. **Gênero, diversidades e desigualdades na educação**: interpretações e reflexões para a formação docente. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009.

SILVA, M. C.; MENDES, O. M. As marcas do machismo no cotidiano escolar. Uberlândia – MG: Jun. 2015. **Caderno Espaço Feminino** – v. 28, p. 90-99. Disponível em: . Acesso em: 15 out. 2015.

SILVA, Cristiani Bereta da; SILVA, Cintia Tuler. Formação docente em gênero e diversidade na escola. In: MINELLA, Luzinete Simões; CABRAL, Carla Giovana. **Práticas pedagógicas e emancipação**: gênero e diversidade na escola. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.

SOUSA, E. S.; ALTMANN, H. Meninos e meninas: Expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Cadernos Cedes**, ano XIX, nº 48, Agosto, 1999.

SOUSA, F. G. A.; NASCIMENTO, L. B. S.; FIALHO, L. M. F. Feminismo e Machismo na Escola: Desafios para a Educação Contemporânea. **XI Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidades**. Recife, 2015. Disponível em: . Acesso em: 07 out. 2015.

UFRJ. **Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Dança**, 2016.

VERDERI, Érica. **Dança na escola**: uma abordagem pedagógica. São Paulo: Phorte, 2009.


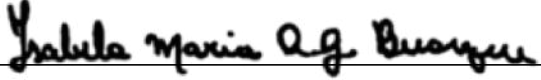
## FICHA DE AVALIAÇÃO DO TCC – EEFD/UFRJ

Aluna: Barbara Cristina de Souza Nogueira

Nº de registro: 115218059

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Professor Orientador		Professor Convidado
	Aluno 1	<del>Aluno 2</del>	
<b>1. Impressão geral: (1,5 pontos)</b>			
a) O trabalho contribui para a área, apresenta uma forma produtiva de conhecimento?		XX	
b) Nota-se, no trabalho, a capacidade/elaboração crítica dos alunos?		XX	
c) Os alunos se envolveram no processo de elaboração do trabalho? Demonstraram organização e independência intelectual?		XX	xxxxxx
d) O trabalho está bem encadeado?		XX	
<b>NOTA 1 =</b>	<b>1,5</b>	XX	<b>1,5</b>
<b>2. Formatação, organização, redação: (1,5 pontos)</b>		XX	
a) Os critérios básicos de formatação foram seguidos?		XX	
b) A redação é clara e organizada, inclusive as citações?		XX	
c) As referências são adequadas e atuais?		XX	
<b>NOTA 2 =</b>	<b>1,0</b>	XX	<b>1,0</b>
<b>3. Conteúdo: (7 pontos)</b>		XX	
a) A Introdução apresenta claramente os elementos básicos?		XX	
b) A Fundamentação Teórica é coerente, consistente e atual?		XX	
c) A Metodologia é apropriada? Está bem explicitada e organizada?		XX	



d) A apresentação e discussão dos dados é realizada de forma organizada e articulada com a teoria?  (no caso de pesquisa teórico-empírica)		XX	
e) A Conclusão é coerente com os objetivos?		XX	
<b>NOTA 3 =</b>	<b>6,5</b>	XX	<b>6,5</b>
<b>Soma das notas (1 + 2 + 3) =</b>	<b>9,0</b>	XX	<b>9,0</b>
<b>Nota Prof. R.C.C (Processo + Apresentação = Máx. 10)</b>	<b>9,0</b>	XX	
<b>MÉDIA FINAL =</b>  (Nota Orientador X 2 + Nota Convidado + Nota RCC / 4)	<b>Aluno 1</b> <b>9,0</b>	<b>Aluno 2</b>	
<b>Assinatura Prof. Orientador:</b>  			
<b>Assinatura Prof. Convidado:</b>  			
<b>Data: 18/08/2021</b>			